



CHAVE DE COMPREENSÃO DA HISTÓRIA:

Cultura &
identidades

2

Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti
(Organizadoras)

**Atena**
Editora
Ano 2021



CHAVE DE COMPREENSÃO DA HISTÓRIA:

Cultura &
identidades

2

Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti
(Organizadoras)

**Atena**
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Chave de compreensão da história: cultura & identidades 2

Diagramação: Gabriel Motomu Teshima
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadoras: Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C512 Chave de compreensão da história: cultura & identidades 2 / Organizadoras Denise Pereira, Karen Fernanda Bortoloti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-748-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.489211412>

1. História. 2. Cultura. 3. Identidades. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Bortoloti, Karen Fernanda (Organizadora). III. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Ainda que sem nos darmos conta, estamos, cotidianamente, refletindo acerca da sociedade em que vivemos. Cada vez que nos questionamos: “como isso foi possível?” ao nos surpreendermos com uma notícia estampada na rede, estamos pensando sobre os rumos que a sociedade está tomando, portanto, nos questionando e refletindo sobre a sociedade que vivemos. A cultura, como um produto social, tem, certamente, um grande impacto em nossa compreensão como sujeito, portanto, entrelaçar historicamente essas duas discussões, qualifica essas reflexões de forma incontestável.

Ao pensar historicamente uma questão central é como a cultura é essencial aos indivíduos para refletirem sobre suas ações no tempo e a construção de identidades tão diversas. Neste sentido, pensar em história requer pensar em cultura, justamente porque ao estudar a multiplicidade deste conceito desvendaremos as questões inseridas em nosso dia a dia com o objetivo de possibilitar melhor compreensão de todos os fenômenos que estão imersos no cotidiano e impactam em nosso posicionamento no mundo.

Neste momento, em que presenciamos discussões cada vez mais acirradas sobre as identidades, é importante retomarmos os ensinamentos que nos foram legados pelo antropólogo Clifford Geertz de que a cultura é um “sistema simbólico”, uma teia de significados que carrega mecanismos de controle para governar o comportamento. É construída a partir de valores e crenças, de códigos morais e hábitos que são socialmente erigidos, transmitidos, aprendidos por meio de signos e símbolos. Ela contribui para regular e padronizar atitudes e emoções, contribui, historicamente, para a elaboração de identidades.

Este e-book é sem dúvida, um convite a reconhecer no “outro”, naquele que a princípio enxergamos através de pré-conceitos e pré-julgamentos, alguém com quem podemos potencialmente aprender, com quem podemos nos modificar e que também podemos transformar.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

CIDADES SITIADAS: REPRESENTAÇÕES DO MEDO DA MORTE E DAS ENFERMIDADES NA PANDEMIA DO COVID-19 E NAS CHARGES DO FINAL DO SÉCULO XIX NO BRASIL


Élcia de Torres Bandeira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114121>

CAPÍTULO 2..... 15

CURIMBA ONLINE: ESTRATÉGIAS MUDIÁTICAS DURANTE A PANDEMIA E ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE SÃO GONÇALO, 2020


Camilla Fogaça Aguiar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114122>

CAPÍTULO 3..... 28

PENSANDO A HISTÓRIA E O TEMPO PRESENTE: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DAS REVENDEDORAS DE COSMÉTICOS E A SUA NARRATIVA NO MUNDO DO DIREITO

Bárbara Galli de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114123>

CAPÍTULO 4..... 37

HISTÓRIA E MEMÓRIA: DIÁLOGOS PELA AUTONOMIA TERRITORIAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA LAGOA DE MELQUÍADES E AMÂNCIO

Jonatan Dos Santos Silva

Viviane Sales Oliveira


Felipe Eduardo Ferreira Marta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114124>

CAPÍTULO 5..... 49

POLÍTICAS INDÍGENAS E O SER INDÍGENA NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE


Ivan Pereira Rodrigues dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114125>

CAPÍTULO 6..... 62

O “HOMEM PLURAL” E O PLURALISMO RELIGIOSO


Maylle Alves Benício









 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114126>

CAPÍTULO 7..... 74

JOSEPH RATZINGER E LEONARDO BOFF: ALGUNS PONTOS DE APROXIMAÇÃO E DISTANCIAMENTO


Danillo Rangell Pinheiro Pereira.

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114127>

CAPÍTULO 8	89
“ESPÍRITO BRANCO EM BUSCA DE ALMAS NEGRAS” COLONIALISMO E MISSÕES CATÓLICAS: CONHECER PARA CATEQUISAR E DOMINAR. SUL DE MOÇAMBIQUE (FINAL DO SÉCULO XIX)	
Denilson Lessa Dos Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114128	
CAPÍTULO 9	104
O TESTAMENTO DE DOM EMANUEL GOMES DE OLIVEIRA, UMA ANÁLISE HISTÓRICA	
Maximiliano Gonçalves da Costa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114129	
CAPÍTULO 10	116
HISTORIOGRAFIA E CATOLICISMO: DONOSO CORTÉS E OS RUMOS DA MODERNIDADE HISTÓRICA	
Roney Marcos Pavani	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.48921141210	
CAPÍTULO 11	128
DOM AUGUSTO ÁLVARO DA SILVA: FÉ E POLÍTICA	
Solange Dias de Santana Alves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.48921141211	
CAPÍTULO 12	143
SCIENTIFIC DISCOURSE MODELING: A SEMIOTIC VIEW	
Marcus Vinicius Dos Santos Claro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.48921141212	
CAPÍTULO 13	152
ARQUEOASTRONOMIA: A CONSTRUÇÃO DE URUK E A INFLUÊNCIA DOS CÉUS	
Leonardo Birnfeld Kurtz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.48921141213	
CAPÍTULO 14	166
O GUERRILHEIRO HEROICO: FOTOGRAFIA E GÊNERO	
Andréa Mazurok Schactae	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.48921141214	
CAPÍTULO 15	179
ATHÉNAÏS MICHELET: UMA TRAJETÓRIA APAGADA	
Aline Dal'Maso	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.48921141215	
CAPÍTULO 16	192
AS VISÕES DA DIPLOMACIA ESTADUNIDENSE SOBRE AS FORÇAS ARMADAS	

BRASILEIRAS NO GOVERNO JK (1956-61): APONTAMENTOS INICIAIS DE PESQUISA

Vinícius Marcondes Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.48921141216>

SOBRE AS ORGANIZADORAS.....204

ÍNDICE REMISSIVO.....205

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 08/10/2021

Marcus Vinicius Dos Santos Claro

Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro - RJ
<http://lattes.cnpq.br/4236322966811201>
<https://orcid.org/0000-0002-2861-5109>

ABSTRACT: Once introduced the semiotic concept of discourse we aim to develop a discussion about the process of constructing the scientific discourse, that is, the modeling process of scientific law declarations through linguistics texts, whereas a imposed enunciation. For that, we distinguish three basic components: 1. Intention, which is a motivation, an impulse for the discourse generation; 2. Enunciation, which express the scientific text itself; and 3. Legislation, which assumes a law enunciation. All this is established in order to assume a discourse of truth, including the correspondence with mathematical proofs. So, we characterize the symbolic manipulation of self evidence empirical facts which are reflected into the enunciations by a law format.

KEYWORDS: Semiotics, Scientific law, Scientific Discourse.

MODELAGEM DO DISCURSO CIENTÍFICO: UMA VISÃO SEMIÓTICA

RESUMO: Uma vez introduzido o conceito semiótico de discurso, pretendemos desenvolver uma discussão sobre o processo de construção do discurso científico, isto é, o processo de modelagem da declaração de lei científica através de textos linguísticos, enquanto uma enunciação imposta. Para tal, distinguimos três componentes básicos: 1. Intenção, a qual é uma motivação, um impulso para geração do discurso; 2. Enunciação, a qual expressa o texto científico propriamente dito; e 3. Legislação, a qual assume um discurso de verdade, incluindo a correspondência com a prova matemática. Assim, caracterizamos a manipulação simbólica dos fatos empíricos auto-evidentes, os quais são refletidos nas enunciações em formato de lei.

PALAVRAS- CHAVE: Semiótica, Lei Científica, Discurso Científico.

1 | INTRODUCTION

It is largely known that Science enunciates laws in order to assure the comprehension of Nature. As a matter of fact, modern scientists observe the Nature and edit laws about its phenomena.

How semiotics analyses the constructing of Nature law? Or else, how scientific laws are constructed inside a scientific discourse?

The point to approach is the semiotic concepts of Science discourse, considering that Semiotics analyses the manipulation of symbols. In this article we aim to self evidence empirical

facts, which reflect into the scientific law enunciation by a complex semiotic process of legislation.

Therefore, we will discuss how these laws are emitted, in order to analyze the semiotic discourse generated, founded in three philosophic concepts:

1. **Intention** means a human motivation as an impulse;
2. **Enunciation** means the linguistic text formulation and
3. **Legislation** means the law characterization of this text.

We consider also the author's role as the creator of law, in a semiotic view. In order to understand the author's role, we have to discuss the difference between discourse and narrative. It is followed of another implication, that is, the debreagem effect, where the subject and the author are different instances of discourse. And finally the ritual environment: the place where the discourse occurs; specifically to enunciate the scientific law, according to its legislation, completing the semiotic concept of how scientific discourse is constructed.

2 I SOURCES OF A SEMIOTICS APPROACH

2.1 Two thinkers about sign

It is necessary to begin considering Semiotics from two important authors: Charles Sanders Peirce (1839-1914, Cambridge, EUA) and Ferdinand de Saussure (1857-1914, Geneva, Switzerland), whose works bears Semiotics today.

While Ferdinand de Saussure was the first linguist to organize and promote Linguistics as a true Science in a modern fashion, Charles Sanders Peirce was originally a scientist of Chemistry and Logic. Although their approaches were quite different, there is a common element called **sign** – a fundamental step to recognize the **units of significance**, either humans, or as machines, particularly within Peirce's semiotic theory.

Specifically, we have signs manipulation in Science environment. Mathematics, in particular, is an instance of signs manipulation, that is, a system of logical operations, where it is only possible by writing. Morris remembers us about the role of signs systems in Science. He says:

"The Science and the signs are definitively interlinked because Science not only puts man in contact with more trustworthy signs, but it also incorporates their results in systems of signs. The human civilization depends on the signs and systems of signs and the human mind is inseparable of the operation of the signs, otherwise it should not identify with this operation." (MORRIS, 1976, p. 9).

To conclude this topic, we can say that Semiotics is the track to understand how Science is enabled to construct its own realm of knowledge, by constructing laws.

2.2 The symbolic nature of sign

According to Tzvetan Todorov (1977) and Umberto Eco (1984), the sign has a symbolic nature. We consider the sign as a symbolic product of mind. Primitive languages have three pillars: **tropic**, **onomatopoeic** and **gestural** (TODOROV, pp. 360-369).

If we detect the law's symbolic value in general, we confirm the mystifying symbolism behind a law enunciation, in particular, scientific discourse, because the intention of truth (or "will of truth", as Foucault says), becomes truth into myth. Hence, the use of sign is able to legislate because of the symbolic nature contagion over the sign.

2.3 The symbolic aspect of the law

The scientific law has a symbolic character while intention motivates the scientific propositions. The scientific propositions represent a model of reality accepted by scientific communities. They really exist in fact and they are originally generated in written language. As we defend, the written language is the site of hierarchy and power, since the ancient people. This aspect confirm the symbolic character of law, likewise something sacred and powerful. Wittgenstein prefers call it as figuration:

"At a first view, the proposition - in particular just as it is printed in the paper - it doesn't seem to be figuration of the reality it treats. But either the musical writing seems at a first view to be figuration of the music, and our phonetic writing (letters) are figuration of the spoken language. However, those symbolic languages show, also in the common sense, as figurations of what they represent." (WITTGENSTEIN, 1993, §4.011).

The religious and sacred texts demonstrate that aspect in written words (linguistic signs). There is a principle of justice and a value scale. If humans do not obey to god's order, they will be punished. At this moment we observe the symbolic value of law, introduced by the imagination. It is a mechanism of structured hierarchy, where the law says what is forbidden and what is allowed. Although its orally created, the written form concedes true power.

There is a particular aspect of law. It has a hidden strength by its discourse. We mean, for example, the god's law. God's law has a symbolic meaning, and its power is assured, by his natural power. If a divinity announces a law, it reflects his power. It is important to observe that god's speech is a symbolic way of meaning. This is the symbolic manner to show how the law is powerful.

2.4 Universal Semiosis of Law

Why law has a universal meaning? What really is semiotic in law enunciation? To answer the first question, we have to understand the meaning of what means universal, in this context. A universal meaning is accepted by most of people, and it is understood as a common object. The universal rules of Math – Math's operations – are the basic argument

of its evidences, that is, the basis of Math's law is the unequivocal evidence (results). The mathematical representation – the Math's symbols – is the most fundamental component for a scientific law. For example: a scientific law, converted in a math function, represents a math sentence, as an equation; but the law is emitted in linguistic signs, as the following sentence: "**Water evaporates at one hundred degrees**".

Following this primary logic mechanism, answering the second question above, we can infer that law is an efficient discoursing format to allow and forbid. In Science, in particular, the phenomena "are submitted" to the law discourse. Although it has a particular meaning and justification, the law scientific discourse is provided by the force of the scientific facts, by light of Empiricism. But it is not enough. The numbers involved to the scientific facts generate mathematical calculations which provide two types of proof: first unequivocal specific result, permitting previsibility; and, second, the possibility of creation of machines, that is, technology. Again, we return to symbolic values of law. This time, it is proportioned by the mathematical proofs. As we will see forward, this aspect is linked to the legislation process.

3 I INTENTION – FOUCAULT AND THE WILL TO TRUTH

Law is an authority discourse type, just because law is similar to a command. Who emits commands? Authorities do. Let's see what Boaventura Santos says:

"Nature is just extension and movement; it is passive, eternal and reversible, a mechanism whose elements can be dismantled and then related in the form of laws; it has no other quality or dignity that prevents us from unraveling its mysteries, unveiling that is not contemplative, but rather active, since it aims to know Nature in order to **dominate and control it**. As Bacon says, Science will make the human person «the lord and possessor of Nature»." (SANTOS, 1995, p.13; emphasis added).

The discourse of authority is structured by orders. But law discourse is not a personal speech, what makes scientific laws impersonal, therefore, universal. The scientific law says the truth. Truth is the fundamental pillar for an authority realizes its power: the author's power. As Foucault says, the author is not present, even if he exists materially:

"I believe there is another principle of rarefaction of a discourse, complementary to the first, to a certain extent: **the author**. (...) A proposition was considered as drawing even its scientific value from its author. Since the seventeenth century, this function has steadily been eroded in scientific discourse: it now functions only to give a name to a theorem, an effect, an example, a syndrome." (FOUCAULT, 1981, p. 56; emphasis added).

From the semiotic point of view, it is necessary to indicate that the **place of meaning**, or else, the symbolic meaning, is the **place** where the **author** formulates the law. We do affirm that this place of meaning is a semiotic location for a scientific discourse: it is an external view and not an ideological understanding (semantic issue), since the semiotician

is most interested in formalizations.

It is clear that the scientific law enunciation is not a discovery, but a discourse about the discovery. Once a regularity of a phenomenon is discovered, the scientist is able to enunciate the law – the law only exists because of the initial conditions which allow the regularity and previsibility. So the scientific law assumes its universal character.

This is a **semiotic mechanism**, just because the value adopted and attributed to law is not the law itself, but the symbolic value it carries. It is a mistake thinking Nature is able to postulate laws. Laws are human creation, by a semiotic mechanism. As professor Boaventura remembers: “A knowledge based on the formulation of laws has as presupposed metatheoretical idea of order and stability of the world (...)” (SANTOS, 1995, p.17).

Even the statistic mechanics in physics, scientists want to determine laws. We may consider that the **previsibility** is not precise and is not reduced to a unique result, but we know man has an intention for this aim: not lose the control. (SANTOS, 1995, p.15-16).

The law model choice is motivated by the intention once the scientist considers law format the best way to ensure the place for the truth. This is the way by which humankind tracked in direction to establish a human or social Science as well:

“Then that Newton’s prestige and the simple laws, which reduced all the complexity of the cosmic order, have converted the modern Science in the model of rationality hegemonic which gradationally it overflowed from the study of the Nature to the study of the society. Just as it was possible to discover the laws of the Nature, it would be equally possible to discover the laws of the society.” (SANTOS, 1995, p.18).

We must understand this point of view, analyzing what Foucault says:

“Finally, I believe that this **will to truth** - leading in this way on a support and an institutional distribution - tends to exert a sort of pressure and something like a power of constraint. (...) Since the nineteenth century, in a sociological, medical, and psychiatric knowledge: it is as if even the word of the law could no longer be authorized, in our society, except by a discourse of truth.” (FOUCAULT, 1981, p.55; emphasis added).

Considering Foucault’s words in his book The Order of Discourse, we must clear that intention is inherent to the content of discourse, before an abstract figure: the “**Author**”. The Author is the place where the discourse is enunciated, that is, from where the environment predefines its own content, the set of ideas; we are talking about ideology – as a belief system materialized into ideas expressed by language – which defines the Author’s rule and performance, in his referred discourse. Therefore, the discourse content appears: the **narrative**, where intention followed by argumentation and linguistic competence occur. Also, the narrative is circumscribed to certain ideological system, that is **intention**. At this step it is not viable distinguish ideology from narrative, otherwise in a semiotic approach. Finally, we here understand narrative as the discourse content, generated by enunciation. It is a semantic issue.

4 I ENUNCIATION PROCEDURE OF LAW

Greimas and Courtés began this approach by two instances: “being it like a no linguistic structure (referential), which subsumed to linguistic communication, or like a linguistic instance”:

“Enunciation – If the enunciation is the place of the semiotic competence exercise, it is at the same time the instance of the subject’s instauration (of the enunciation). The place where can be denominated *ego hic et nunc* is, before its articulation, semiotically empty and semantically (while sense deposit) too full: it is the projection (through the procedures here gathered under the name “*debreagem*”), outside of that instance, as much the actantes statement as of the time-space coordinates, which it constitutes the enunciation subject (...).” (GREIMAS & COURTÉS, Enunciation entry; pp. 166-167, emphasis added).

The “**acting debreagem**” (BENVENISTE, 1966) is that one there is two agents types of speaking or into the enunciation. For example, the mathematical law:

<<**Every divisible number for two is an equal number.**>> there are two distinguished discourse agents: **the enunciator** of mathematical law, that is, who dictates the enunciating rule; at the same time the logic or **mathematical author** is the statement producer, like Greimas & Cortés explain:

“Beginning from the **subject** of the enunciation, implicit [in this case, the mathematician], but producing the statement, it can therefore, project (in the moment of the language act or of its simulacrum inside the speech), settling in the speech, be actors of the enunciation, or actors of the statement. In the first case, an enunciating debreagem is operated, in the second, a announcement debreagem.” (GREIMAS & COURTÉS; p.112, emphasis added). So, the mathematician concedes to Mathematics the authoring prerogative. The debreagem effect reveals this transfer.

5 I LEGISLATION – THE CONSTRUCTION OF A LAW

So, why does the scientist choose the law format for enunciate a referential knowledge?

We argue, at last, the applied format is semiotic. The law format, in its inner structure, as a result of legislation, reflects a **repetition**. If a repetitive cycle is corrupted, the law will be broken. We have to understand that **law is a symbolic manner of representing** repetitive cycles. Therefore, we will be able to construct previsibility, on one hand, through mathematical formulas and observing empirically that repetition on other hand.

The use of signs expresses abstract ideas of phenomena. But also, in Science, mathematics symbols (a particular type of signs), represent these ideas, through special terms and sentences, that is, specific signifiers. The math sentences are the result of a modeling process of an assembly and connected ideas in relation to an experiment –

particular phenomena controlled by a scientist, who knows the initial conditions of that circumstance. The calculus are, therefore sharply defined, somehow the scientist is able to predict the results. This is possible because of a logic-symbol manipulation. At this moment, a law is enunciable – a universal truth. Just because of the unequivocal results provided by logic Math calculus, we have this possibility: enunciate a truth by **formulating a law**. When a **law is formulated**, we are able to identify a place of discourse – this place is the scientific discourse.

When we identify a scientific law, which is our semiotic interpretation? Besides the concept of enunciation above explained, under Greimas & Courtés support, and by the Foucault's view about the place of Author, we defend that law is typically a place of authority discourse. It can only be enunciated by an authority, or better, by the **representation of an authority**. Law enunciations are the symbolic place of discourse which operates at the Author place. The word authority derives from author – it is important to say, etymologically.

We can see this fact in the religions environment when sacerdotal authority speaks in place of a god. The sacerdotal discourse has legal efficacy in **rituals** – a special ambience – where people expects to a sacred discourse, that is, a discourse by which god says laws. The religious doctrine dictates laws to men. This is a place of discourse, fundamentally a discourse of authority, where god is the author, but said by the priest's voice. This is the **debreagem** effect: this is a semiotic issue, since we recognize the authority's place occupied by a man instead of a god.

But it is not only applicable to religious situations: it is largely present in juridical and scientific sceneries. In other words, the **ritual place** is the environment of law enunciation, for the sacerdotal discourse, juridical tribune and scientific labs as well. Foucault denotes the ritual place function:

"Ritual defines the qualification which must be possessed by individuals who speak (and who must occupy such-and-such a position and formulate such-and-such a type of statement, in the play of a dialogue, of interrogation or recitation); it defines the gestures, behavior, circumstances, and the whole set of signs which must accompany discourse." (FOUCAULT, 1981, p.62).

The enunciation must be realized in a ritual place of communication, where the speaker agent and the receptor audience are in accordance. The ritual place has a semiotic function to **realize the law enunciation**. It permits, therefore, the law validity and its efficacy by this kind of discourse.

We have to consider, at last, that the discourse environment, uttered in a ritual place, depends directly of a doctrine, or a theory working as a doctrine, because the narrative is the content of the discourse, according to Greimas. The discourse is the narrative realization. Again: it is the discourse content, and the discourse is the form by which the narrative happens.

6 | CONCLUSION

The symbolic aspect of law, which is, in fact, a semiotic structure, permits us to understand the semiotic function in the discourse of Science context. We know that the intention is the fundamental reason to construct law – independently of the environment: be it juridical, religious or scientific, those are sites for the **legislation** and for the law **enunciation**. The ritual is the occasion when the intention of a specific discourse is pronounced, according to the ritual roles (legislation), constituted by different and concurrent signs, but where the original author is absent. What is presented really is a complex of signs, including who is speaking, that is, who possesses the discourse. The ritual place is the scenery of the law enunciation.

The law is a semiotic instrument to construct a building of knowledge, which is a semiotic structure. It also reveals the authority discourse. **Intention**, as Foucault called “will to truth”, is the initial reason in order to understand the world and, particularly indicates the realm of Science, where the scientist produces the law enunciation, using the written signs, assembling a discourse, combining linguistic symbols with mathematical symbols.

Legislation refers to logic of repetition. If a different phrase or fact occurs, the law may lie under threat or, in other words, if a repetitive cycle (or behavior) is corrupted, the law will be broken. Without repetitive cycles mind encounters difficulties to determinate and enunciate laws. Even in statistic mechanics there are laws, but with intervals between possible results. Human mind is particularly able to construct scientific discourse just as laws may be enunciated, based in repetitive cycles and repetitive phenomena. Therefore, the law **enunciation** bears the scientific discourse, by which a determined ritual environment is constructed, accomplished and completed with a complex of signs.

Once a set of laws is structured and enunciated, we can see its legislation function, the basis of scientific discourse power, what may be the original intention of mind.

REFERENCES

ECO, Umberto. **Tratado Geral de Semiótica**. Trad. Antonio de Pádua Danesi e Gilson Cesar C. de Souza. Perspectiva. São Paulo. 2016 [1976].

_____. **Semiótica e Filosofia da Linguagem**. Trad. Mariarosaria Fabris e José Luiz Fiori. Rev. Izidoro Blikstein. Ática. São Paulo. 1991 [1984].

BENVENISTE, Émile. **Problèmes de Linguistic General**. Gallimard, Paris. 1966.

FOUCAULT, Michel. **The Order of Discourse**. In *Untying the text: A Post-Structuralist Reader*. Edited by Robert Young. Routledge & Kegan Paul. Boston, London and Henley, 1981 (pp. 48-78).

MORRIS, Charles. **Fundamentos da Teoria dos Signos**. Trad. Milton José Pinto (PUCRJ). Ed. Eldorado, São Paulo. 1976.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso sobre as Ciências**. 7ª edição, pdf. Ed. Afrontamento. Porto, 1995

TODOROV, Tzvetan. **Teorias do Símbolo**. Trad. Roberto Leal Ferreira. Ed UNESP. São Paulo, 2014.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logicus-Philosophicus**. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo, EDUSP, 1993

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arqueoastronomia 4, 152, 153, 154, 155, 158, 159, 162

B

Bernard Lahire 62, 63, 64, 67, 68, 70, 71

C

Catolicismo 4, 17, 116, 124, 125, 130, 131

Charges 3, 1, 9, 13

Conflitos 27, 37, 38, 39, 41, 43, 45, 52, 76, 87, 97

Conservadorismo 116, 120, 126, 127

Covid-19 3, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 12, 13, 20

D

Dom Augusto Álvaro da Silva 4, 128, 129, 130, 132, 134, 139, 140, 141

Dom Emanuel Gomes de Oliveira 4, 104, 105, 106, 111, 112, 114, 115

E

Espanha 116, 118, 123, 124, 157, 158

Eucalipto 37, 43, 44

F

Fenômeno Religioso 62, 63, 64, 65, 67, 68, 70, 71

G

Goiás 16, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 114, 115

H

História Antiga 152

História oral 37, 39, 47

Historiografia 4, 50, 51, 116, 162, 166, 167, 179, 180, 184, 196, 197, 198, 200

I

Igreja Católica na Bahia 128, 141

interseccionalidade 28

Interseccionalidade 28

J

Jurisprudência trabalhista 28

M

Memória 3, 5, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 110, 112, 113, 167, 168, 190

Mesopotâmia 152, 159

Mídia 15, 20, 25, 26, 134, 177

Modernidade 4, 26, 65, 66, 80, 116, 117, 119, 121, 123, 125, 127

P

Pandemia 3, 1, 3, 4, 5, 7, 11, 13, 14, 15, 19, 21, 23, 43, 47

Pluralismo 3, 62, 63, 64, 65, 66, 70, 71, 74, 75

Política 4, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 52, 56, 57, 61, 83, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 103, 104, 109, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 135, 136, 137, 168, 177, 178, 183, 188, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203

Q

Quilombo 37, 38, 40, 41, 42, 43, 45, 46

R

Religião 15, 19, 20, 21, 23, 25, 26, 27, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 85, 86, 93, 120, 121, 122, 130, 131, 141, 152, 159, 177

Representações 3, 1, 2, 6, 7, 13, 14, 38, 87, 89, 114, 167, 172, 175, 184, 200, 201

Restauração Católica 105, 128, 129, 139, 140, 141

Revendedoras de cosméticos 3, 28, 29, 30, 32, 34, 36

Revolução de 1930 128, 129, 130, 133, 134, 138, 140, 141

S

Scientific Discourse 4, 143, 144, 145, 146, 149, 150

Scientific law 143, 144, 145, 146, 147, 149

Semiotics 143, 144

T

Testamento 4, 42, 43, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 114





CHAVE DE COMPREENSÃO DA HISTÓRIA:


Cultura &
identidades

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021





CHAVE DE COMPREENSÃO DA HISTÓRIA:


Cultura &
identidades

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021